



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo

IMIGRANTES SEM-ABRIGO EM PORTUGAL¹

MONTEIRO, Teresa Libano

Doutorada em Sociologia

Universidade Católica de Lisboa – Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia

tlibano@netcabo.pt

POLICARPO, Verónica

Doutorada em Sociologia

Universidade Católica de Lisboa – Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia

veronica.policarpo@gmail.com

RAMALHO, Vanda

Mestre em Serviço Social

Universidade Católica de Lisboa – Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia

ramalho.vanda@gmail.com

SANTOS, Isabel

Mestre em Serviço Social

Universidade Católica de Lisboa – Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia

mirsantos@fch.lisboa.ucp.pt

Resumo

Esta comunicação é baseada num estudo sobre a realidade dos imigrantes sem-abrigo em Portugal, financiada pelo Governo Português no âmbito do Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e Exclusão, através do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, IP). Um estudo realizado pelo Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia da Universidade Católica de Lisboa (CESSS-UCP). O objectivo deste estudo é compreender o fenómeno de imigrantes sem-abrigo em Portugal, identificando os seus principais padrões, desenhando o perfil dos imigrante sem-abrigo em Portugal e abordando as políticas públicas e o papel da sociedade civil, em resposta ao fenómeno. Esta pesquisa analisa, numa perspectiva científica, os factores sociais que ajudam a compreender as razões pelas quais os imigrantes podem ficar na condição de pessoa sem-abrigo na sociedade Portuguesa. Esta pesquisa mostra dois resultados importantes: 1) o perfil dos imigrantes sem-abrigo, existente a nível nacional, de acordo com algumas variáveis, como nacionalidade, sexo, idade, e outros, 2) as análises qualitativas mostram dois ideais tipo de percurso de vida – os ‘imigrantes sem-abrigo’ e os ‘sem-abrigo de imigrantes’. Estes distintos perfis precisam de diferentes políticas públicas.

Abstract

This article is based on a study about the reality of immigrants-homelessness in Portugal, requested by the Portuguese Government, and by the High Commission for Immigration and Intercultural Dialogue (ACIDI, IP) to the Social Work and Sociology Research Center in the Catholic University of Lisbon (CESSS-UCP). The aim of this study is to understand the phenomenon of immigrants-homelessness in Portugal, in order to identify the main patterns of the phenomenon, and to draw the ideal type of their life course until they became homeless immigrants, and also the public policies and the role of the civil society, in response to the phenomenon. This research examines, in a scientific perspective, the social factors that help to understand the reasons why immigrants may became homelessness in the Portuguese society. This research shows two important results: 1) the profile of the Immigrants-homelessness exists at a national level, according to certain variables, as nationality, sex, age, and others; 2) the qualitative analyses shows two ideal type of life-course, which we called ‘immigrants-homelessness’ and ‘homelessness-immigrants’. These two types need different public policies.

Palavras-chave: pessoas sem-abrigo; imigração, desafiliação social; políticas públicas
Keywords: homelessness; immigration; social disaffiliation; public policies

I. Introdução

O estudo apresentado nesta comunicação foi desenvolvido pelo Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia e tem como objectivo a compreensão do fenómeno dos imigrantes sem-abrigo na sociedade portuguesa e como objectivos específicos: - o esboço de um perfil de imigrantes sem-abrigo; a identificação dos principais padrões do fenómeno; a delineação dos ideais-tipo do percurso de vida até à condição de sem-abrigo e a apreciação das políticas e do papel da sociedade civil organizada na resposta ao fenómeno.

Do cruzamento entre objectivos traçados e a problemática teórica adoptada surgem as questões de pesquisa que permitem interrogar de uma perspectiva científica os factores sociais que ajudam a compreender as razões que podem levar os imigrantes à condição de sem-abrigo na sociedade portuguesa. Neste sentido vão as questões enunciadas: - porque se tornou esta população imigrante? Porque é que estes imigrantes se tornam sem-abrigo na sociedade portuguesa?

Foi utilizada uma metodologia semi-indutiva. Em primeiro lugar, foi realizado um inquérito, a nível nacional, que procura conhecer o fenómeno em extensão, ou seja, caracterizar a população imigrante sem-abrigo em Portugal, desenhando o seu perfil e os principais padrões do fenómeno. A aplicação deste inquérito ficou a cargo do Centro de Sondagens da Universidade Católica Portuguesa (CESOP). Em segundo lugar, foram realizadas 19 entrevistas semi-directivas a imigrantes sem-abrigo, que permitem numa lógica compreensiva e em profundidade esboçar ideais-tipo do percurso de vida dos imigrantes sem-abrigo, desde o seu projecto migratório até à condição de sem-abrigo.

Num primeiro momento é feita uma aproximação quantitativa ao fenómeno, através da análise estatística e da interpretação dos dados resultantes do inquérito. Numa fase subsequente procura-se um olhar em profundidade sobre os factores sociais que podem levar os imigrantes à condição de sem-abrigo, dando a palavra ao próprio imigrante sem-abrigo e procurando através da análise do seu discurso chegar a ideais-tipo do seu percurso de vida.

Posteriormente, abordam-se as políticas e o papel da sociedade civil organizada na resposta ao fenómeno, enunciando-se algumas recomendações.

II. Enquadramento Teórico

O estudo partiu, num primeiro momento da revisão da literatura sobre o tema, apresentando-se aqui uma síntese teórica de alguns dados da realidade social que iluminam o fenómeno da desafiliação e destituição social, que tem vindo a afectar os imigrantes em Portugal.

A presença de imigrantes sem-abrigo em Portugal tem revelado nos últimos anos sinais de vulnerabilidade específicos. Costa (2002) indica que os processos de migração internacional são causa e consequência de um processo de exclusão, comportando mudanças socioeconómicas para os países de acolhimento.

Um Estudo do LNEC em 2000 identificava já a realidade dos imigrantes como ‘novos sem-abrigo’ em Portugal.(LNEC, 2000).

Em 2005, 35% da população sem-abrigo em Portugal era imigrante. De facto, os imigrantes constituem um novo perfil de sem-tecto e que segundo o estudo dos sem-abrigo realizado pela Segurança Social Portuguesa, se divide em dois subgrupos: o imigrante europeu (10%) e o imigrante provindo dos países africanos de língua portuguesa (25%) (ISS, 2005).

Castel e Paugam caracterizam o processo de exclusão social, identificando a sua fase extrema como uma condição de desafiliação social, em que o indivíduo incorre num processo descente de ruptura progressiva com os sistemas sociais (Castel, 1995; Paugam, 1996).

Três noções tentam esclarecer a realidade multidimensional da desafiliação: desapropriação, desqualificação social e desinserção. Para Castel (1995) estes processos traduzem a perda de estatuto, de identidade, o

enfraquecimento das redes laborais, sociais e familiares, e a dependência relativa a mecanismos de apoio social, o que leva os indivíduos à perda do laço social.

Também a noção de destituição é, predominantemente, utilizada em pesquisa para descrever certas formas de exclusão, que atingem variados grupos sociais vulneráveis, como os refugiados e asilados, os imigrantes indocumentados e outros cidadãos que possam estar privados do acesso aos seus direitos fundamentais (Capucha, 2005).

Os imigrantes que chegam a Portugal, na condição de imigrantes económicos, reiniciam assim as suas vidas, segundo Morales e Vasquez (2004), a partir de uma situação de vulnerabilidade extrema. Para as autoras são 5 os factores que influenciam a exclusão residencial dos imigrantes: jurídicos; económicos laborais; de discriminação; dificuldade em preencher requisitos para o reagrupamento familiar; e género.

Podemos, então, concluir que a situação dos imigrantes resulta da confluência de factores estruturais, familiares, relacionais e culturais.

Foi adoptado o conceito nacional de pessoa sem-abrigo, visto que este permite medir o fenómeno, numa base operacional concreta e objectiva, partilhada a partir da tipologia ETHOS da FEANTSA pelos restantes países europeus.

Considera-se pessoa sem-abrigo em Portugal, “aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre: “- *sem-tecto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem-casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito*” (ENSA, 2008: 14).

Relativamente a este conceito, para além da questão da nacionalidade pode colocar-se a questão da regularização da situação no país de cidadãos estrangeiros. Citando a Estratégia Nacional para as Pessoas Sem-abrigo, “*para efeitos de enquadramento neste conceito, devem ser incluídas todas as situações de estrangeiros que correspondam a todas as outras condições, independentemente da situação de regularização em que se encontrem no país*” (ENSA, 2008: 17).

O esforço de compreensão sobre as causas e factores que colaboraram para que a população em estudo tenha incursado num percurso migratório, no qual se torna sem-abrigo, na sociedade portuguesa, é o contributo do estudo em presença, para uma estreita e necessária ligação entre ciência, políticas e intervenção social.

III. Questões Metodológicas

À medida que este estudo foi avançando, foi-se ganhando consciência da importância das opções metodológicas realizadas, no sentido de responder às questões de pesquisa e de garantir a validade desta investigação.

A operacionalização do conceito de sem-abrigo, através da realização de um inquérito a nível nacional, constituiu um dos maiores obstáculos da investigação. No início, perspectivava-se como possível e razoável, um de dois caminhos: ou se partia de uma lista das instituições que apoiam a população imigrante para, a partir dela, considerar apenas indivíduos que estivessem em situação de sem-abrigo; ou se partia das instituições que apoiam pessoas sem-abrigo e considerava-se apenas a população imigrante.

A equipa dialogou em três momentos com os parceiros deste estudo que possuem um conhecimento consolidado sobre o terreno: reunião com a Segurança Social, com o ACIDI e com a Plataforma para Pessoa Sem-Abrigo de Lisboa da Rede Social de Lisboa. A partir dos debates tidos nestas reuniões chegou-se a um consenso: o de que se deveria partir das instituições que apoiam sem-abrigo, para delas considerar apenas os imigrantes que estão nessa situação.

Esta decisão deveu-se a duas razões: 1) a evidência para todos os intervenientes de que esta seria a escolha mais acertada considerando que estas são as instituições que incluem na sua vocação o trabalho com a população sem-abrigo, 2) o facto de a Segurança Social só ter interesse na informação detalhada em relação a

cada imigrante sem-abrigo e não na informação que pudesse ser fornecida pela instituição em relação ao conjunto de imigrantes sem-abrigo que acompanha.

Ora, para obter uma informação tão detalhada em que a unidade de análise é o indivíduo, o inquérito deveria ser dirigido apenas a instituições que possuíssem esta informação sistematizada e em que os técnicos pudessem preencher um inquérito por cada imigrante sem-abrigo. A equipa esteve, então, e desde o início, consciente de que o pedido da Segurança Social de que a informação deveria ser recolhida por indivíduo e não por grupo de indivíduos, comportaria sérios riscos que poderiam levar a uma taxa de resposta baixa.

Ainda assim, a coordenação do estudo optou por recolher a informação dessa forma (por indivíduo), mesmo tendo sido alertada da dificuldade ou mesmo impossibilidade em obter essa informação por cada imigrante sem-abrigo.

Na reunião tida com a Plataforma para a Pessoa Sem-Abrigo de Lisboa, foram ainda discutidas, além da dimensão do questionário, outras questões importantes para a sua concepção e, nomeadamente: a da data a que deveria reportar o acompanhamento do utente.

A decisão final foi a de considerar apenas os utentes que foram acompanhados pela instituição em causa, no último ano, ou seja, utentes imigrantes e em situação de sem-abrigo, desde Janeiro de 2010.

Na mesma reunião, colocou-se ainda, a questão da possibilidade de duplicação da informação: até que ponto um mesmo indivíduo não poderia surgir, mais do que uma vez, nas respostas ao questionário, já que o mesmo utente poderia ser acompanhado por mais do que uma instituição? Para contornar esta dificuldade foi adoptado um código de identificação do utente composto uma combinação de letras (as duas primeiras consoantes do primeiro nome e as três primeiras do último nome e, também a data de nascimento) para impedir a duplicação da informação.

Num segundo nível metodológico, pretende-se conhecer o fenómeno dos imigrantes sem-abrigo, em profundidade, ou seja, aproxima-se o olhar do seu percurso de vida. Esta intenção implica uma abordagem compreensiva do fenómeno social em causa.

O ideal-tipo criado por Weber (1913, 2003) é um instrumento metodológico que permite conhecer a vida destes imigrantes sem-abrigo, a partir da sua perspectiva, mas principalmente desvendar as lógicas que explicam a sua trajectória social no país de acolhimento até à situação de sem-abrigo.

Pretendendo-se alcançar a perspectiva dos sujeitos sociais (os próprios imigrantes sem-abrigo), a abordagem foi necessariamente compreensiva e a metodologia qualitativa, permitindo um conhecimento em profundidade.

Foram realizadas 19 entrevistas semi-directivas e em profundidade a imigrantes sem-abrigo na zona da grande Lisboa. Tendo em conta as características da população já referidas, a equipa irá contactar os seus entrevistados através das instituições que os apoiam.

Na constituição desta amostra (teórica e de casos múltiplos por homogeneidade) (Pires, 1997) foi privilegiada a máxima diversidade de percursos de vida dos imigrantes sem-abrigo em relação aos critérios: origem étnica e/ou nacionalidade, condição legal, condição face ao trabalho, sexo, idade, nível de instrução, duração da situação de sem-abrigo, etc.

O que se pretende, com as entrevistas realizadas a imigrantes sem-abrigo na zona da grande Lisboa é um desenho de ideais-tipo dos seus percursos de vida que permita a compreensão mais aprofundada das lógicas sociais do fenómeno e, nomeadamente, os factores sociais que permitem aceder à sua trajectória de vulnerabilidade e pobreza em meio urbano. Para este efeito, foram escolhidas duas instituições em Lisboa que apoiam imigrantes sem-abrigo, nomeadamente o Centro Pedro Arrupe e o Centro Padre Alves Correia).

A análise do material qualitativo recolhido por entrevista ficou a cargo dos membros da equipa. Foi realizada uma análise de conteúdo, por entrevista, segundo uma metodologia resultante da combinação entre a proposta de Maxwell (1999) e de Soulet (2002), já testada anteriormente para análise de trajectórias migratórias, profissionais e familiares (Monteiro, 2005).

Este tipo de análise (que dispensa a transcrição integral das entrevistas) respeita o sujeito como unidade bio-psico-social, considerando o seu discurso como unidade e não produz os cortes que resultariam de uma análise categorial temática.

IV. Imigrantes sem-abrigo em Portugal: Um retrato quantitativo

Neste ponto faz-se uma descrição dos dados quantitativos que foi possível apurar. O acesso a estes indivíduos é dificultado pelo facto de se cruzarem dois tipos de populações “ocultas” ou “escondidas”. As estratégias utilizadas foram as da “bola de neve” e do acesso, através de informadores privilegiados, como os técnicos de serviço social que acompanham estas populações.

O inquérito por questionário foi lançado online, numa plataforma desenvolvida pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP) e preenchido pelo técnico que, na instituição acompanha o imigrante, sendo garantida a confidencialidade da identidade, tendo sido apurados 680 inquéritos válidos.

Não se tratando de uma amostra estatisticamente representativa, é de referir que a esmagadora maioria da amostra diz respeito a indivíduos que são acompanhados em instituições do distrito de Lisboa (75,6%, correspondendo a 514 indivíduos) tendo em conta a relação existente entre os fenómenos de urbanização, atracção de mão-de-obra migrante e intensificação da pobreza.

A percentagem de indivíduos que se encontra na situação de sem-tecto e sem-casa é equilibrada, estando a primeira categoria contudo em maioria (51,5% encontram-se sem-tecto e 48,5% sem-casa).

No que respeita às variáveis sociodemográficas, apesar dos fenómenos crescentes de feminização da imigração, a esmagadora maioria dos imigrantes sem-abrigo pertence ao sexo masculino (90,3%), sendo apenas 9,7% (66 indivíduos) do sexo feminino. Dos indivíduos dos quais é conhecida a idade, a grande maioria concentra-se nas faixas etárias entre os 26 e os 55 anos, sendo que os indivíduos entre os 36 e os 45 anos reúnem 35% das respostas.

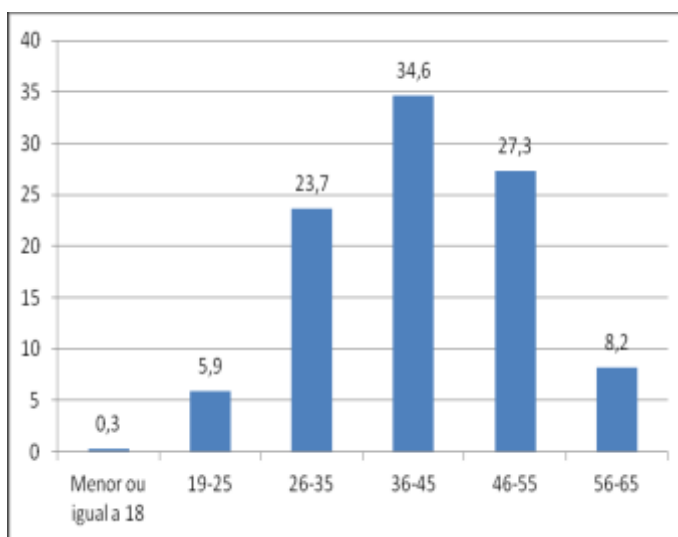


Figura 1 - Distribuição etária da população imigrante sem-abrigo (percentagens) (n=680)

No que respeita ao grau de instrução, a maioria situa-se num nível básico ou abaixo (cerca de 42% possui o nível básico de escolaridade ou menos, sendo que destes, 6% não possui qualquer escolaridade). Apenas 17% da amostra possui o nível secundário e uma minoria o ensino superior (6%) e técnico-profissional (5%).

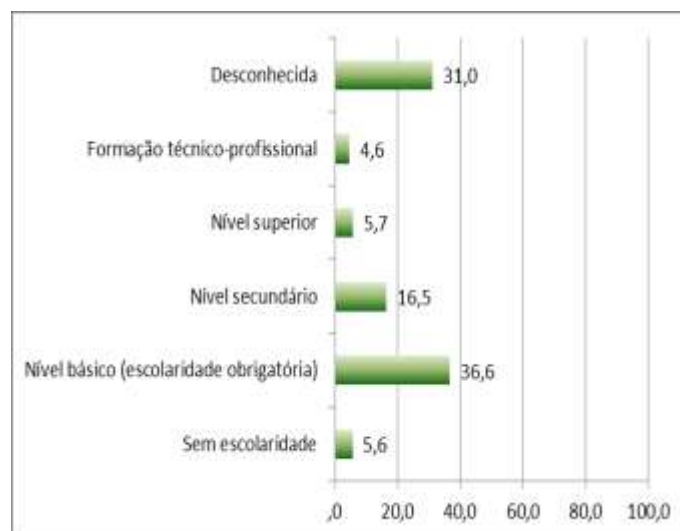


Figura 2 - Grau de escolaridade da população imigrante sem-abrigo, em Portugal (percentagens;

No que respeita às origens nacionais observa-se que a maioria é oriunda e tem nacionalidade de Países Africanos de Expressão Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). É nestes que se verifica a ligeira diferença entre nacionalidade e país de origem, o que se explica por razões históricas e de acesso legal à nacionalidade.

Em todos os restantes grupos a sobreposição das duas categorias é quase total. Seguem-se os imigrantes oriundos da Ucrânia que, pela sua representação (16%), se resolveu destacar enquanto categoria autónoma dos “Outros países do Leste”. O mesmo acontece com os imigrantes da Roménia (6%). A categoria “Outros países de Leste” apresenta cerca de 15% das respostas, por agregar um leque vasto de países.

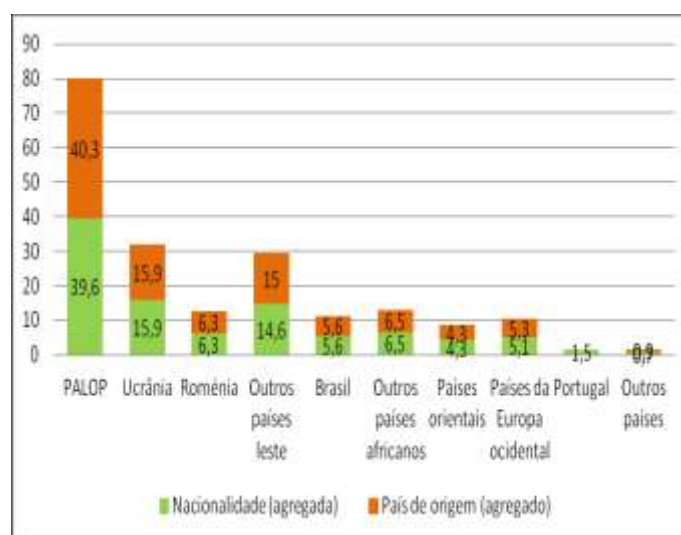


Figura 3 - Nacionalidade e país de origem dos imigrantes sem-abrigo portugueses (percentagens; n=680)

Se cruzarmos a origem nacional com a situação legal, observamos que são principalmente os indivíduos de “países orientais” (como a Índia, o Paquistão ou a China) que se encontram sem documentos, seguidos dos indivíduos de “outros países africanos” (provavelmente alguns deles na condição de refugiados), e dos indivíduos dos PALOP.

Se nos concentrarmos na situação dos que têm documentos, é interessante verificar que 56% dos indivíduos da Roménia se encontram na situação de sem-abrigo, apesar de terem documentos – o que aponta para outros factores sociais inerentes a esta condição, paralelos à condição legal.

Se cruzarmos a origem nacional com o grau de escolaridade, verificamos que os que reúnem menos qualificações (sem escolaridade e nível básico) são os indivíduos dos PALOP, seguidos dos de “outros países africanos”, “países orientais” e “outros países” (nestes dois últimos casos, os valores absolutos são reduzidos, respectivamente 9 e 4).

Em contraste, e tal como é conhecido em relação à população imigrante em geral, os indivíduos da Ucrânia, assim como de “outros países de Leste”, são os que apresentam mais qualificações: no primeiro caso com mais de 70% com qualificações de nível secundário ou mais (superior e formação profissional).

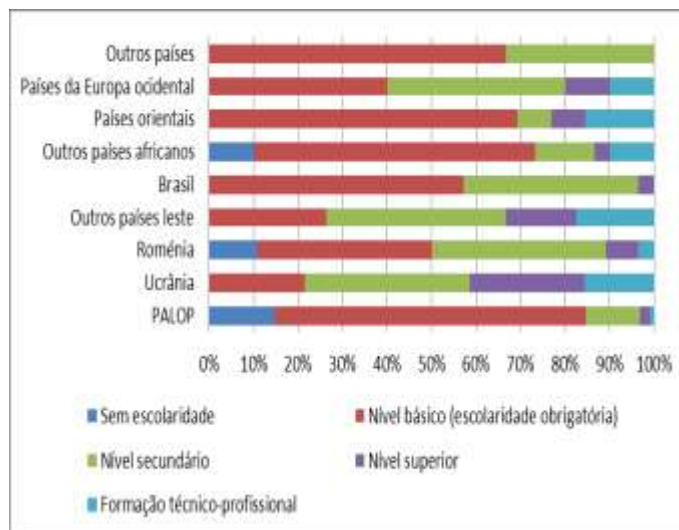


Figura 4 - Habilitações literárias dos imigrantes sem-abrigo, por país de origem (n=680)

A situação legal é uma variável determinante para compreender a vulnerabilidade dos indivíduos migrantes, nomeadamente face a potenciais empregadores.

Da amostra recolhida, metade dos indivíduos não possui documentação legal (50,4%, n=343), enquanto 34% (n=232) declara ter algum tipo de documento e sobre 15% (n=105) não existe informação a este respeito. Apenas 30% da amostra possui um visto (4,7%, n=32) ou uma autorização de residência (23,2%, n=158).

Em dois terços dos 32 casos que possuem um visto não é possível identificar o tipo de visto (3,1%, n=21); 4 indivíduos possuem um visto de curta duração; 3 indivíduos possuem um visto de residência para exercício de actividade profissional subordinada; 2 indivíduos possuem um visto especial; e 1 indivíduo possui visto de residência para efeitos de reagrupamento familiar.

O tempo na situação de sem abrigo não aumenta com o tempo de permanência em Portugal: pelo contrário, é entre os indivíduos que estão há menos tempo em Portugal que encontramos, relativamente, os que estão também há mais tempo na condição de sem-abrigo.

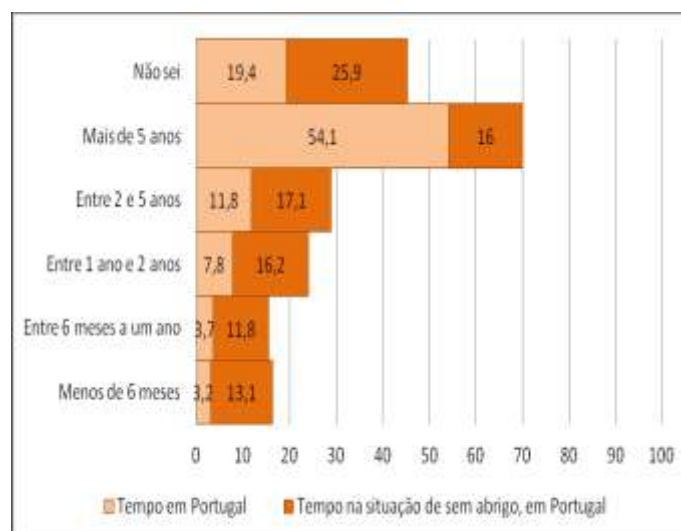


Figura 5 - Tempo de permanência dos indivíduos, em Portugal e na condição de sem-abrigo (frequências, em percentagem; n=680)

Quando consideramos a situação face ao trabalho, verificamos, como seria de esperar, que a maioria dos inquiridos se encontra desempregado (88,9%, n=544). Refira-se que, acerca de 10% da amostra total (n=62), não foi possível obter esta informação. Quanto aos indivíduos que estão empregados, a maioria encontra-se em trabalhos precários sem vínculo (7,4%, n=45), ou com contrato a termo (2,3%, n=14).

Sendo o trabalho uma das principais fontes de integração nas sociedades contemporâneas, com todas as consequências que daí advêm, não apenas em termos de sobrevivência económica (via remuneração salarial), mas também em termos de benefícios identitários, constituição e reforço de laços sociais ou mesmo afectivos, o desemprego constitui um elemento não apenas caracterizador desta população, mas também que reforça a sua condição: de alguém que vive na margem das normas do sistema económico contemporâneo.

		N.º	%
Qual a situação face ao trabalho do imigrante sem-abrigo?	Desempregado	544	88,9%
	Trabalho precário sem vínculo	45	7,4%
	Prestação de serviços	2	0,3%
	Contrato a termo	14	2,3%
	Contrato sem termo	7	1,1%

Figura 6 - Situação face ao trabalho do imigrante sem-abrigo (frequências, em percentagem; n=612)

A esmagadora maioria dos indivíduos, apesar de ter algum tipo de suporte (95,3%), encontra esse suporte nos próprios técnicos de intervenção social. Esta é obviamente uma variável influenciada pela própria metodologia de aplicação do inquérito e que pode inflacionar esta representação.

A falta de saúde é uma característica que contribui para a construção (e manutenção) da situação de sem-abrigo: praticamente metade da amostra (49%) encontra-se doente, enquanto 36.5% se encontra saudável. Acrescente-se que em 14,4% não foi possível averiguar informação a este respeito.

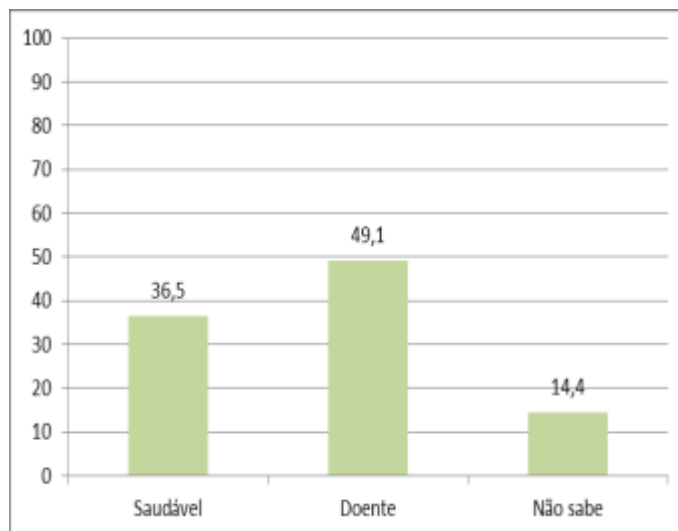


Figura 7 - Qual a condição de saúde do imigrante sem-abrigo?
(frequências, em percentagem; n=680)

Dos indivíduos doentes, apenas 10% se encontra ao abrigo de protocolos de saúde do seu país de origem (n=68), sendo que 29,7% (n=202) não se encontra ao abrigo de nenhum protocolo e em 23,8% (n=162) não foi possível obter esta informação. A condição de saúde mais referida foi o alcoolismo (35%, n=150), seguida de longe pela dependência de drogas químicas (20%, n=87).

Para além de caracterizar a amostra recolhida, tentámos ainda, e de forma exploratória, desenhar possíveis configurações dessas características. Uma análise de correspondências múltiplas permitiu-nos identificar a disposição no espaço social de algumas variáveis que considerámos determinantes para a caracterização desta população:

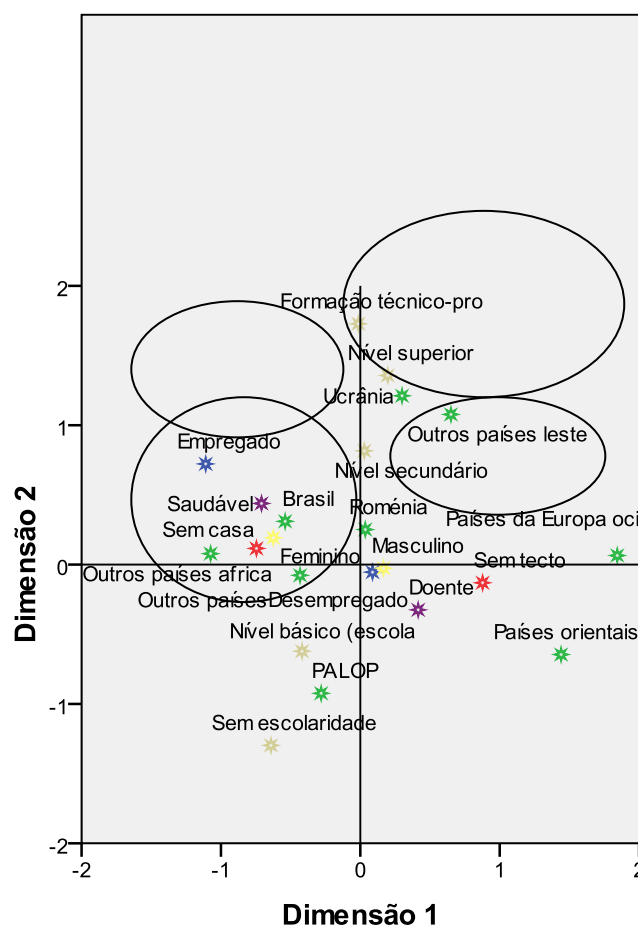


Figura 8 - Dimensões de caracterização da População Imigrante Sem-Abrigo em Portugal: Análise de Correspondências Múltiplas

Esta primeira análise exploratória pretende apenas lançar o debate sobre futuras incursões a respeito das variáveis mais pertinentes para traçar o perfil dos imigrantes sem-abrigo de modo a, posteriormente, ser possível construir uma tipologia desta população, à qual se possam dirigir de forma pertinente e reflectida, medidas de intervenção adequadas e construídas à sua medida.

V. Resultados Qualitativos: Ideais-Tipo dos imigrantes sem-abrigo

No âmbito das 19 entrevistas realizadas na cidade de Lisboa, a dois grupos de imigrantes sem-abrigo, provenientes dos Países Africanos de Língua Portuguesa, da Rússia, Nigéria, Senegal, Libéria, Burkina-Faso e Brasil, e após um exercício de análise indutiva dos resultados obtidos, foi possível encontrar duas grandes tipologias:

- Os **Sem-abrigo imigrantes**: corresponde ao grupo de indivíduos em que a situação de pessoa sem-abrigo não depende, directamente, da condição de imigrante, tendo ocorrido nos seus percursos de vida processos de exclusão social no país de acolhimento, semelhantes aos que ocorrem com os cidadãos nacionais em situação de sem-tecto ou sem-casa. Revela um processo de desafiliação, que acaba por se conciliar, posteriormente, com uma situação de destituição.

Deste modo, o que define e caracteriza estas situações, para além do facto de as duas condições não coincidirem, imediatamente no tempo e a situação de sem-abrigo ser sempre posterior à condição de

imigrante é o desenvolvimento no percurso de vida destas pessoas, quer se encontrem em Portugal numa situação legal regular ou não, de processos de exclusão social, regra geral posteriores a uma fase bem-sucedida do projecto migratório.

Na maioria dos casos sofrem as consequências de rupturas laborais, conjugais ou de situações de doença física e mental, factores prevaletentes na explicação do fenómeno da desafiliação social das pessoas sem-abrigo em geral, independentemente da nacionalidade ou da condição de imigração.

Através da análise do discurso dos entrevistados sobre a sua condição foi possível encontrar nesta categoria três ideais-ipo de percurso de vida:

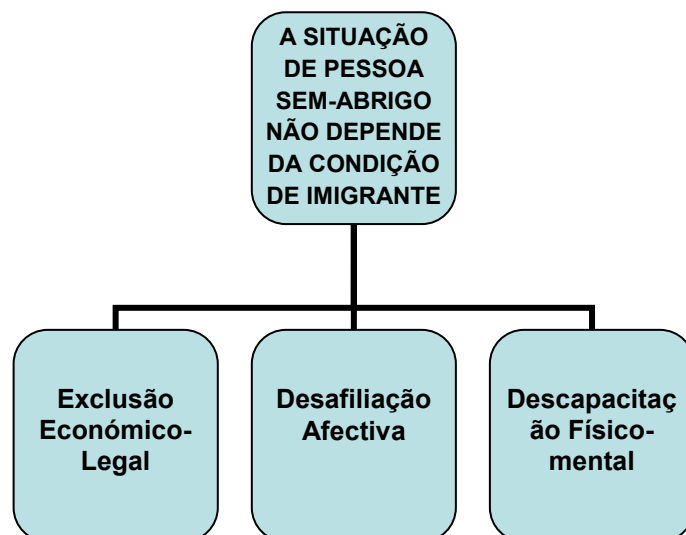


Figura 9 – Sem-abrigo imigrantes (tendencialmente um processo de desafiliação, conciliando-se, posteriormente, com uma situação de destituição)

Os três ideais-tipo aqui apresentados parecem repetir as características das pessoas sem-abrigo nacionais, apresentando os mesmos factores de vulnerabilidade social.

Não é o fracasso do projecto migratório o factor responsável pela condição de sem-abrigo, mas sim mutações estruturais nos sistemas económicos e no mercado de trabalho, a ruptura institucional e afectiva, conjugal e familiar, e ainda os problemas de saúde física ou mental.

Vejamos o caso de um imigrante angolano que se desafilou através de rupturas conjugais e afectivas e problemas de saúde mental e alcoolismo, que o levaram posteriormente a um processo de destituição de direitos.

Neste caso, o que o percurso do entrevistado revelou foi que foi apenas após uma década de vida em Portugal que este imigrante perde o seu estatuto legal em Portugal e que vem a enfrentar, na situação de ruptura com os laços familiares de sociabilidade a condição de pessoa sem-abrigo.

- Os **Imigrantes sem-abrigo**: corresponde ao grupo de indivíduos em que a situação de pessoa sem-abrigo depende directamente da condição de imigrante, tendo ocorrido nos seus percursos de vida processos de exclusão social no país de acolhimento, distintos dos que ocorrem com os cidadãos nacionais que se encontram numa situação de sem-abrigo.

Os ideais-tipo construídos a partir deste grupo de pessoas, inversamente ao primeiro grupo, revelam uma situação de destituição, simultânea a um processo de desafiliação.

O que define e caracteriza as situações em que a situação de sem-abrigo se encontra directamente relacionada com a condição de imigrante, para além do facto das duas condições coincidirem imediatamente no tempo – ou passarem a coincidir, ao fim de um período máximo de seis meses, é o desenvolvimento no percurso de vida da maioria destas pessoas, no país de origem, de situações que conduzem à emigração coagida,

sobretudo, por motivos de doença dos próprios ou de familiares, pela inexistência de oportunidades de emprego, ou ainda por não serem assegurados alguns direitos humanos fundamentais, como o direito à segurança.

A situação de doença dos descendentes (vg. Filhos) é um acontecimento prevalecente na vinda para Portugal, sobretudo, de pessoas do sexo feminino desprovidas de qualquer fonte de rendimento e na ausência de redes de suporte familiar e social.

Nesta circunstância foi entrevistada uma emigrante natural da Guiné-Bissau que se viu obrigada a emigrar para Portugal devido a um problema grave de saúde da filha menor. Esta imigrante não programou o projecto migratório.

Foi o problema de saúde da filha que a forçou à imigração e a condição de pobreza e de ausência de redes de suporte estáveis no país de acolhimento, que a força à permanência na condição de sem-casa, visto que não pode regressar à terra natal onde não existem os tratamentos de saúde necessários à sua filha.

Como se pode verificar, neste caso de emigração forçada, foi o facto de ser imigrante que colaborou para a condição de sem-abrigo.

Na tentativa de procurar respostas sobre os motivos e processos pelos quais, na chegada a Portugal, estes imigrantes se encontram desde logo na condição de sem-abrigo emergiram 3 ideais-tipo:

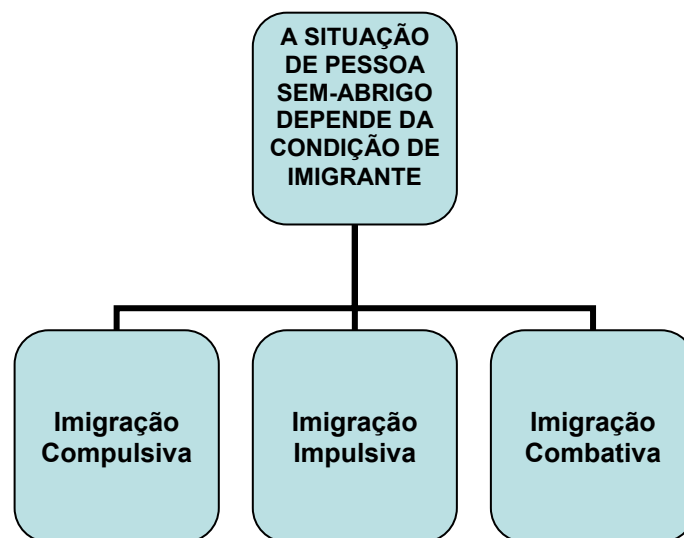


Figura 10 – Imigrantes sem-abrigo (tendencialmente um processo de destituição, conciliando-se posteriormente com uma situação de desafiliação)

No grupo dos entrevistados cuja situação foi tipificada como imigração compulsiva prevalecem imigrantes da Guiné-Bissau, sobretudo do sexo feminino, acompanhantes de doentes em tratamento em Portugal. Ocorrem ainda situações em que os imigrantes são forçados a abandonar o país de origem, em situação de insuficiência económica de redes de suporte, devido a perigo de vida ou por envolvimento forçado em redes de tráfico humano.

No que concerne à imigração impulsiva, os entrevistados são pessoas capacitadas para o trabalho, que não planearam o seu projecto migratório, realizando por impulso a escolha do país de acolhimento, dadas as condições de vida precárias no país de origem e o seu desejo rápido de fuga.

Relativamente à imigração combativa, foi entrevistado um indivíduo guineense de 65 anos, que tenta insistentemente (re)adquirir a nacionalidade portuguesa, submetendo-se de livre iniciativa à situação de sem-abrigo até conseguir o seu propósito. Um caso de ‘falsa’ imigração, dado que o entrevistado nasceu na Guiné com nacionalidade portuguesa, a qual lhe foi retirada após a independência do país.

VI. Recomendações Políticas

Por último, tendo como pano de fundo a excelência, internacionalmente reconhecida, das políticas de imigração promovidas pelo Alto Comissariado Para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.) em Portugal é, contudo, importante reforçar algumas recomendações políticas, decorrentes da voz dos técnicos e dos próprios imigrantes sem-abrigo no que concerne ao Estado e à sociedade em geral, com especial enfoque na sociedade civil organizada, tendo em vista a prevenção e minimização do fenómeno:

1. O fenómeno dos imigrantes sem-abrigo, em Portugal, assume especificidades concretas. Qualquer política de prevenção e minimização do problema deve ter em conta e como pano de fundo as políticas vigentes no Plano Nacional de Integração dos Imigrantes, em interligação com as tendências política traçadas e assumidas pela Estratégia Nacional para as Pessoas Sem-abrigo. Deve, ainda desenvolver-se no âmbito das Redes Sociais Concelhias, de forma a poder integrar nas medidas a tomar, aspectos da duplicidade associada ao fenómeno;
2. Recomenda-se que no caso do perfil de pessoa sem-abrigo imigrante, as medidas políticas possam ser dinamizadas ao abrigo da Estratégia Nacional já existente para as pessoas sem-abrigo em Portugal e nos planos de cidade de Lisboa, prevendo a criação de respostas sociais adaptadas ao fenómeno em estudo;
3. Recomenda-se que as medidas relativas aos imigrantes sem-abrigo sejam concretizadas no âmbito do Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes prevendo a criação de novas respostas sociais específicas, tendo como ponto de partida a identificação de boas práticas e os resultados do presente estudo;
4. Recomenda-se que possam surgir fóruns de debate sobre o fenómeno e sobre os processos de políticas públicas, a nível nacional e europeu. Recomenda-se, ainda, uma monitorização de soluções normativas ou de medidas práticas dirigidas à prevenção e combate a este fenómeno, consideradas boas práticas na Europa, tendo em vista a abertura de uma agenda política para esta temática e a posterior concretização de políticas públicas locais e nacionais.
5. Devem ser desenvolvidos e disseminados estudos científicos complementares, de forma a abrir pistas para a reflexão e debate de soluções globais e locais, apelando-se a uma maior colaboração das organizações da sociedade civil organizada, no sentido da adopção de estratégias de *advocacy* e capacitação dos imigrantes sem-abrigo;
6. Dado o apoio já existente no orçamento de Estado para este efeito, e tendo em conta a existência de algumas respostas de alojamento e apoio integrado específicas, recomenda-se, dada a sua insuficiência para as dimensões do fenómeno, a criação de suporte legal para a criação de respostas específicas, de alojamento, ocupacionais e formativas para imigrantes sem-abrigo;
7. Seria importante reforçar a formação dos funcionários dos serviços públicos de atendimento, face aos direitos dos imigrantes e sobre o fenómeno da desafiliação social das pessoas sem-abrigo, bem como capacitar estes funcionários públicos acerca de formas de tratamento não discriminatórias, aproveitando as estruturas formativas públicas já existentes;
8. Recomenda-se que todos os actores implicados no fenómeno possam ser alvo de acções de formação e sensibilização sobre o mesmo. Acções de formação que devem funcionar como requisito na realização de protocolos de parceria e cooperação, financiamento, funcionamento de projectos e apoio institucional, aproveitando as estruturas formativas públicas já existentes;
9. Recomenda-se que o Estado Português possa reforçar ainda mais a articulação com os países africanos de expressão portuguesa com os quais desenvolveu acordos de saúde, para o tratamento de cidadãos estrangeiros no Sistema Nacional de Saúde, de forma a pôr cobro às situações de ausência de direitos e de desumanidade devidas à falta de cumprimento das responsabilidades das Embaixadas dos países de origem, no que diz respeito ao apoio à subsistência destes imigrantes, já fragilizados pela doença. O caso mais grave é o da Guiné;

10. Perante as dificuldades de aplicação e conhecimento da lei, recomenda-se o esclarecimento da jurisprudência e uma maior divulgação e esclarecimento público, em geral, sobre as medidas do Plano Nacional Para a Integração dos Imigrantes, sobre as leis da imigração e sobre a Estratégia Nacional para as Pessoas Sem-abrigo, simplificando a sua linguagem e unificando toda a informação relevante, num só documento destinado ao público em geral, aos serviços públicos, organizações da sociedade civil, media e aos próprios imigrantes;
11. Recomenda-se, ainda, o desenvolvimento de campanhas públicas e mediáticas, denunciando práticas sociais toleradas que podem encobrir o fenómeno da exploração laboral dos imigrantes, combatendo a discriminação no mercado de trabalho, também através do reforço de medidas judiciais e policiais;
12. Seria profícuo, encontrar, na prática, formas mais ágeis de regularizar as pessoas com vontade de trabalhar e de contribuir como cidadãos;
13. Recomenda-se o reforço da existência do programa 'Português para Todos' junto das organizações da sociedade civil, no sentido de promover maior número de acções de apoio à alfabetização na língua portuguesa, criando condições para que mais instituições possam dispor destes serviços, mesmo para os cidadãos em situação irregular;
14. Muitos imigrantes estão interessados na formação profissional, mas não podem aceder quando estão irregulares. Recomenda-se que se tomem medidas para que passe a ser possível, quando se atestar que o caso está a ser acompanhado e garantidas as necessidades de subsistência, por instituição idónea;
15. Será recomendável tomar medidas políticas que possam acelerar os processos de asilo, dada a situação desumana em que se encontram inúmeros imigrantes, desprovidos da sua identidade e impossibilitados, durante longos períodos, de projectar e fazer evoluir o seu projecto de vida;

Em suma, continua a ser fundamental, para os imigrantes na condição de sem-abrigo, tal como para qualquer imigrante, o acesso a direitos de cidadania.

VII. Notas finais

Em tom de conclusão, tendo o estudo como principal objectivo a compreensão do fenómeno dos imigrantes sem-abrigo na sociedade Portuguesa, foi traçado um perfil de imigrante sem-abrigo, que identifica os principais padrões do fenómeno através do recurso a metodologias quantitativas.

Os dados quantitativos revelaram que um dos aspectos mais determinantes para a existência de condições de vida com qualidade (para migrantes como para todos) é o das condições de saúde. Por um lado, as condições de saúde podem estar na origem dos próprios processos migratórios, por outro agravam a vulnerabilidade do indivíduo perante o mercado de trabalho precário. Factores físicos, psicológicos e sociais entrelaçam-se assim, dando visibilidade à complexidade das causas que levam as pessoas migrantes a entrar numa condição de sem-abrigo.

De salientar, que a partir desta metodologia, de base quantitativa, foi pela primeira vez sistematizada em Portugal uma base de dados de todas as instituições que trabalham com pessoas sem-abrigo em Portugal e que caracteriza os indivíduos imigrantes na condição de sem-abrigo, acompanhados pelos serviços das mesmas, a nível nacional. Uma base de dados que pode constituir-se como um importante recurso de trabalho, no que concerne ao planeamento de políticas públicas e à gestão e execução de medidas e respostas sociais.

Para alcançar o seu objectivo o estudo recorreu ainda a metodologias qualitativas, na delineação dos ideais-tipo do percurso de vida dos imigrantes até à condição de sem-abrigo, o que como vimos, revelou dois grandes grupos de tipologias: - os sem-abrigo imigrantes e os imigrantes sem-abrigo.

Os sem-abrigo imigrantes, cuja condição de pessoa sem-abrigo não depende da condição de imigrante, grupo constituído por tipologias múltiplas e relacionadas com a exclusão económico-legal, com a desafiliação afectiva e com a descapacitação físico-mental e os imigrantes sem-abrigo, cuja condição de pessoa sem-

abrigo depende e é coincidente com a condição de imigrante e que apresentam perfis relacionados com diversos tipos de imigração – a imigração compulsiva, a imigração impulsiva e a imigração combativa.

Ser pessoa sem-abrigo na condição de imigrante revelou-se diferente de ser imigrante na condição de sem-abrigo. Logo, para realidades distintas requerem-se políticas e intervenções diversas. Políticas que devem ser desenvolvidas aproveitando os programas nacionais em funcionamento, no âmbito da Estratégia Nacional para as Pessoas Sem-abrigo e do Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes.

Apela-se ainda, às organizações não-governamentais e à restante sociedade civil organizada para uma maior participação nos processos de política pública e para o desenvolvimento de estratégias de empowerment e *advocacy* dos imigrantes sem-abrigo em Portugal.

É de facto, segundo dados do estudo, nestas organizações que estes indivíduos encontram o seu suporte, no fim da linha.

Parece assim que se impõe o reforço institucional de medidas que garantam a estes indivíduos enquanto pessoas o acesso não só a condições mínimas de sobrevivência, mas a oportunidades que os tornem verdadeiros sujeitos de direitos fundamentais.

VIII. Bibliografia

Capucha, L. (2005) *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta Editora.

Castel, R. (1995) *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard.

Costa, A. B.; Baptista, I. (2002) *Migrações e os sem-abrigo*. Brussels: FEANTSA.

Devereux, Stephen (2003) *Conceptualising destitution*, Working Paper 216. Brighton, IDS, in <http://www.ids.ac.uk/ids/bookshop/wp/wp216.pdf>, 26/12/2006.

Glaser, B.; Strauss, A. (1967) *The discovery of grounded theory. Strategies for qualitative research*. New York: Aldine.

ISS, IP (2005) *Estudo dos sem-abrigo*. Lisboa: ISS, IP.

ISS, IP (2008) *Estratégia nacional para a integração das pessoas sem-abrigo 2009-2015 - ENSA*. Portugal: ISS, IP.

Lages, M., Policarpo, V., Matos, P. T., et al (2006) *Os imigrantes e a população portuguesa. Imagens recíprocas*. Lisboa: Observatório da Imigração.

LNEC (2000), *Análise longitudinal dos sem-abrigo em Lisboa. A situação em 2000, Relatório final*. Lisboa: Ministério do Equipamento Social.

Maxwell, J. (1999) *La modélisation de la recherche qualitative. Une approche interactive*. Fribourg: Editions Universitaires Fribourg Suisse.

Monteiro, T. L. (2005) *Famílias e novos movimentos religiosos. Trajectória familiar, individualização e identidade espiritual. Tese de doutoramento, policopiado*. Lisboa; ISCTE.

Morales, M.^a R.; Sánchez; V. and Tezanos, S. (2004) “Los inmigrantes “sin hogar” en España. Un caso extremo de exclusión social”, *Revista del trabajo y asuntos sociales*, Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales (55) pp. 45-63.

Paugam, S. (1996) *L'exclusion. L'état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte.

Pires, R. P. (1997) Échantillonnage et recherche qualitative. Essai théorique et méthodologique, in : Gaëtan Moran (ed) *La recherche qualitative. Enjeux épistémologiques et méthodologiques*. Canada: Gaëtan Moran, pp. 365-389.

Rosa, M^a J. V.; Chitas, P. (2010) *Portugal. Os números*. Lisboa: Relógio D'Água.

Soulet, M-H. (2002) *Gérer sa consommation. Drogues dures et enjeu de conventionalité*. Fribourg: Éditions Universitaires Fribourg Suisse.

Walgrave, L. (2000) Vulnerabilidade societal e acção social, in: Quarteto (Ed.) *Da não-integração*. Coimbra: Quarteto.

Weber, M. (1913, 2003) Quanto ao sentido de uma sociologia compreensiva, in: Rés (ed) *Fundamentos de Sociologia*, P II. Porto: Rés, pp. 81-132.

ⁱ Parte do texto desta comunicação consta do relatório final produzido pela equipa de investigação do Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia, da Universidade Católica Portuguesa, como produto final do estudo encomendado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. e financiado pela Segurança Social I.P. no âmbito da Comemoração do Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social 2010. As entidades referidas forneceram a autorização necessária para a divulgação dos resultados científicos do estudo.